

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS?¹

Gabriel Vighini Garozzi² José Francisco Chicon³ Maria das Graças Carvalho Silva de Sá⁴

RESUMO: O presente trabalho de natureza qualitativa consiste em uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo analisar, em periódicos nacionais, o estado da arte da produção do conhecimento nos estudos que abordam a discussão da Educação Física escolar e a inclusão dos alunos. A seleção dos artigos teve como foco apresentar relações com o tema Educação Física escolar e inclusão, no recorte temporal compreendido entre o período de janeiro de 2008 e agosto de 2018. Os periódicos delimitados para a revisão da literatura foram: a revista Movimento, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte e a revista Pensar a Prática. Para o processo de análise dos dados oriundos dos artigos selecionados, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, organizando-os em três categorias temáticas: a) concepções dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência; b) percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar; e c) processos de inclusão na Educação Física escolar. A análise das categorias indicadas permite apontar: a) um sentimento de pessimismo apresentado pelos professores em relação ao processo de inclusão escolar, devido à falta de oportunidades de formação inicial e continuada que lhe proporcionassem conhecimentos capazes de fundamentar e melhorar sua prática pedagógica; b) a importância de ouvir os próprios alunos com deficiência sobre o seu processo de inclusão nas aulas de Educação Física; e c) a necessidade de pensar e organizar um ambiente socioeducacional que seja diverso e acolhedor às diferentes possibilidades de aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Educação Física escolar; Inclusão; Prática pedagógica.

¹ Este trabalho contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil (Mestre)

³ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil (Doutor)

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil (Doutora)

EDUCATIONAL PHYSICAL EDUCATION AND INCLUSION: WHAT DO STUDIES HAVE TO SAY?

ABSTRACT: This current work of qualitative nature consists of a bibliographic research that aims at analyzing in national periodicals the art condition of knowledge production among the studies that approach the educational Physical Education discussion and the pupils' inclusion. The articles' selection had as main focus the presentation of relations with the theme: educational Physical Education and inclusion and the temporal clipping understood between the period of January, 2008 and August, 2018. The periodicals delimited for the literature review were: the magazine *Movimento*, the Brazilian Magazine of Science and Sports and the magazine *Pensar a Prática*. In order to analyze data deriving from such selected articles the technique of content analysis was used, organizing them in three thematic categories: a) the Teachers' conceptions regarding the inclusion of disabled students; b) the disabled pupils' perception about the educational inclusion; and c) the inclusion processes in the educational Physical Education. The analysis of the recommended categories enables to point out: a) a pessimism feeling presented by teachers in relation to the educational inclusion process, due to the lack of opportunities of initial and continuing training able to provide knowledge capable of substantiating and improving the pedagogical practice; b) the importance of listening to the students speech with certain disability about the inclusion process during the Physical Education lessons; and c) the need to think and organize a socio-educational environment considered as diverse and welcoming to the different possibilities of learning.

Keywords: Educational Physical Education; Inclusion; Pedagogical practice.

Introdução

Sabemos que, no decorrer da história, as pessoas com deficiência foram privadas do acesso a diferentes bens comuns da humanidade, passando, ao longo de suas vidas, por inúmeras dificuldades na luta pela conquista dos seus direitos como cidadãos. Durante muito tempo, sofreram com processos de exclusão (e ainda sofrem hoje) em uma sociedade constituída por princípios que negam o diferente, o desconhecido, o que foge à regra e tudo aquilo que causa estranheza a um padrão social de vida pensado para indivíduos sem deficiência.

Por causa da exclusão no meio social e visando a garantir a sua “segurança”, historicamente, as pessoas com deficiência foram encaminhadas a instituições especiais que as abrigavam e buscavam atender suas necessidades educacionais. Entendemos que a plena participação dessas pessoas na sociedade se constitui como condição fundamental para o seu desenvolvimento, pois é pelo convívio com outros humanos que o sujeito se apropria da cultura e busca, a partir de suas experiências, construir suas próprias convicções e se relacionar com o mundo¹.

Segundo os dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², 23,9% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, o que corresponde, aproximadamente, a 46 milhões de pessoas. Esse quantitativo de pessoas com deficiência em tempos de inclusão tem refletido no aumento da presença desse público na escola, tornando necessário ampliar o debate sobre o tema nas discussões e produções acadêmicas, na área da Educação e da Educação Física, uma vez que a diversidade se encontra cada dia mais presente no cotidiano escolar.

Com o avanço na legislação brasileira no desenvolvimento de políticas educacionais referentes à perspectiva da inclusão na sociedade e na escola, como a Lei n°. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Pnepei)⁴ e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁵, os sujeitos com deficiência têm garantido como direito o acesso e a permanência no ambiente escolar. Apesar dessa conquista, consideramos ainda ser preciso ampliar essa realidade, assegurando que os educandos com deficiência sejam de fato inclusos na educação escolar e tenham acesso a um ensino de qualidade, capaz de construir possibilidades efetivas

que lhes permitam aprender e apropriar-se dos conhecimentos produzidos ao longo da história.

Compreendemos a inclusão como a garantia a todas as pessoas do acesso aos direitos humanos fundamentais, à vida e à plena participação nos espaços/tempos da sociedade. Nesse sentido, acreditamos em um movimento social que reconheça a diversidade humana, acolha as diferenças individuais e construa oportunidades de desenvolvimento que permitam atender com equidade às necessidades educacionais de todos⁶.

Atualmente, o tema inclusão das pessoas com deficiência na escola tem sido frequente e amplamente debatido no meio acadêmico-científico, na mídia, na área da saúde, da educação e em outros setores da sociedade, com um considerável volume de trabalhos produzidos. Percebemos que na área da Educação e da Educação Física não tem sido diferente.

Dentre os campos de saberes presentes na escola, a Educação Física se configura em um componente curricular que possui papel significativo no processo de inclusão escolar de todos os alunos, pois trabalha com uma importante esfera da cultura humana — a cultura corporal de movimento⁷. É relevante, portanto, que o professor entenda que o aluno precisa conhecer e aprender a cultura, pois a sua participação nessa esfera da produção humana e as condições concretas que lhes são oferecidas são fundamentais para as suas possibilidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, Siqueira e Chicon⁸ apontam para a necessidade de “[...] apostar na construção de intervenções pedagógicas na Educação Física que possibilitem a interação social e a aprendizagem de alunos com tal forma singular de ser” (p. 125).

Além das dificuldades encontradas para a inclusão de alunos com deficiência relacionadas com a formação inicial e continuada de professores, com a infraestrutura escolar e uma educação pensada em formar um ser “produtivo” para o meio social, notamos que ainda existem na Educação Física práticas ligadas ao seu passado recente. Essas práticas buscavam excluir do processo de ensino e de aprendizagem aqueles alunos que apresentavam deficiência, os menos habilidosos e os que não possuíam boa aptidão física, entre outros, que não se encaixavam em um modelo construído para atender aos indivíduos mais fortes, saudáveis e aptos fisicamente.

Apesar dos avanços na construção de teorias que auxiliam e propõem bases para o professor de Educação Física fundamentar e desenvolver o seu trabalho, visando ao processo de inclusão dos alunos com deficiência em sua disciplina escolar^{9,10,8,11}, sabemos que, em sua prática cotidiana, os desafios e as dificuldades são grandes. Na maioria das vezes, são movidos pelo fato de o educador não acreditar no potencial dos sujeitos com deficiência ou considerar-se despreparado para lidar com tal público, deixando-o à margem do processo de ensino e de

aprendizagem e oferecendo atividades isoladas que se constituem em práticas segregadoras para esses alunos em relação ao conteúdo desenvolvido com a turma.

Nesse contexto, importa-nos saber: como o campo da Educação Física inclusiva tem reagido a essa conjuntura, buscando respostas para incluir os alunos com deficiência em suas aulas? Quais limites e possibilidades são apontados no trabalho do professor com esses alunos? Afinal, o que dizem os estudos sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no ambiente escolar?

Diante do cenário apresentado, esta investigação tem por objetivo analisar, em periódicos nacionais, o estado da arte nos estudos que abordam a discussão da Educação Física escolar e da inclusão.

Metodologia

O estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica que busca viabilizar o estado atual do conhecimento acerca do tema Educação Física escolar e inclusão nas produções científicas de alguns periódicos nacionais da área. De acordo com Gil¹², “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 30). O autor ainda ressalta a possibilidade de construção de uma base teórica a partir do conhecimento acumulado sobre o tema, que auxilie na problematização e fundamentação dos dados da pesquisa.

Os critérios de inclusão definidos para os artigos encontrados se enquadraram em nosso estudo foram ter como foco o tema “Educação Física escolar e inclusão”, apresentando ações relacionadas com a inclusão de alunos com deficiência e o recorte temporal compreendido entre o período de janeiro de 2008 e agosto de 2018. O processo de mapeamento e busca das produções científicas nos periódicos aconteceu entre setembro e outubro de 2018.

A justificativa para a escolha do recorte temporal de 2008 a 2018 está baseada no fato de tal período corresponder ao marco de dez anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva⁴. Acreditamos que a implementação da política citada modificou o rumo da educação especial — que passa a constituir a proposta pedagógica da escola — e do pensamento inclusivo no sistema educacional brasileiro.

Para a pesquisa nos periódicos, foram selecionados os seguintes descritores (palavras-chaves): inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de inclusão na escola, pessoa com deficiência, educação inclusiva, educação especial, autismo. Posteriormente, esses termos foram cruzados com a palavra “Educação Física” no processo de busca das pesquisas.

Para a revisão de literatura, foram escolhidos os seguintes periódicos nacionais da área da Educação Física, indexados e classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes):⁵ a revista Movimento (A2),⁶ a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (B1) e a revista Pensar a Prática (B2). A seleção dos periódicos se justifica pelo fato de possuírem extratos de qualidade diferentes, demonstrando uma considerável circulação no campo científico e acadêmico, e por apresentarem boa aceitação e fluxo de artigos vinculados às áreas sociocultural e pedagógica.

O processo de pesquisa nas revistas aconteceu de duas maneiras: a) nas revistas Movimento e Pensar a Prática, foram pesquisados os descritores acima indicados e utilizado o filtro de data para o recorte temporal estabelecido na revisão; b) Já na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, o processo de busca ocorreu a partir da leitura de todos os artigos originais publicados em cada número do periódico no período demarcado para o processo de busca, selecionando aqueles que apresentavam relações com os descritores elaborados e com o tema da revisão. Tal ação se justifica pelo fato de que, ao pesquisar na revista os descritores, o resultado das buscas só apresentava artigos publicados a partir do ano de 2013, não exibindo publicações de anos anteriores, o que, de certa forma, prejudicaria o nosso recorte temporal. Outro fato é a questão do filtro de data do periódico só possibilitar a demarcação de tempo do ano 2014 até 2019.

Nos dois processos de pesquisa, foi realizada a leitura dos títulos e dos resumos dos estudos para a seleção daqueles que se encaixavam nos critérios de inclusão estabelecidos. Quando necessário, também foi consultado o corpo dos textos para esclarecer eventuais dúvidas. Dessa etapa do processo de coleta de dados, selecionamos 19 pesquisas que se enquadraram nos critérios de busca definidos, a saber:

⁵ Webqualis: estratificação da qualidade da produção intelectual inferida à revista pelo sistema de avaliação da Capes. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>.

⁶ Apesar da recente mudança realizada pela Capes no sistema de qualificação dos periódicos, optamos por manter o webqualis vigente durante o período de realização da busca dos artigos, indicado no estudo.

Quadro 1: Relação de artigos encontrados

Periódico/Revista	Ano	Nome do artigo	Nome dos autores
Movimento	2009	Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física	Márcia Greguol Gorgatti, Dante de Rose Júnior
Movimento	2011	Campeonato escolar e deficiência visual: o discurso dos professores de Educação Física	Afonsa Janaína Silva, Edison Duarte, Jose Julio Gavião Almeida
Movimento	2011	Educação Física e inclusão: a experiência na Escola Azul	José Francisco Chicon, Katiuscia Aparecida Moreira de Oliveira Mendes, Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
Movimento	2011	Inclusão na Educação Física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana	José Francisco Chicon, Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
Movimento	2012	A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: um estudo de caso	Maria Luíza Tanure Alves, Edison Duarte
Movimento	2013	A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho	Gisele Cristina de Souza, Santiago Pich
Movimento	2013	Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas - RS	Laura Garcia Jung, Alexandre Carriconde Marques, Angélica Xavier Kalinoski, Gabriela Brisolara Xavier
Movimento	2014	Educação Física Inclusiva: atitudes dos docentes	Celina Luísa Raimundo Martins
Movimento	2016	Inclusão e Educação Física no município de Rio Grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência	Alice Sonaglio de Vasconcellos, Leila Cristiane Finochetto, Roseli Belmonte Machado, Débora Duarte Freitas
Movimento	2016	Possibilidades de atuação do professor de Educação Física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência	José Milton Azevedo Andrade, Ana Paula de Freitas
Movimento	2017	Physical Education classes and inclusion of children with disability: Brazilian teachers' perspectives	Maria Luíza Tanure Alves, Jalusa Andreia Storch, Gabriela Harnisch, Aline Miranda Strapasson, Otávio Luis Piva da Cunha Furtado, Lauren Lieberman, José Júlio Gavião de Almeida, Edison Duarte

Periódico/Revista	Ano	Nome do artigo	Nome dos autores
Movimento	2018	A Educação Física e o trabalho educativo inclusivo	Anaís Suassuna Simões, Ana Rita Lorenzini, Rosângela Gavioli, Iraquitã de Oliveira Caminha, Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior, Marcelo Soares Tavares de Melo
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2011	Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na Educação Física	Jane Márcia Mazzarino, Atos Falkenbach, Simone Rissi
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2013	A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola	José Francisco Chicon, Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
Pensar a Prática	2008	Inclusão educacional de alunos com Síndrome de Down	Alvaro Rego Millen Neto, T.J. Cardoso Silva
Pensar a Prática	2010	Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual	Atos Prinz Falkenbach, Elaine Regina Lopes
Pensar a Prática	2013	Inclusão social e o aluno com Síndrome de Down: um estudo de caso nas aulas de Educação Física	Maria Luiza Tanure Alves, Edison Duarte
Pensar a Prática	2014	Inclusão escolar e Educação Física: a participação dos professores de Hortolândia-SP	Josiane Filus Freitas, Paulo Ferreira Araújo
Pensar a Prática	2015	Professores de Educação Física e suas práticas pedagógicas em classes que alunos com deficiência estão inseridos	Ana Caroline Duarte, Douglas Roberto Borella, Gabriel Simone Harnisch, Robson Frank, Angela Schone

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para realizar a análise dos dados e identificar o que se tem produzido sobre o tema “Educação Física escolar e inclusão” no período dos dez anos da Pneepei, optamos por trabalhar com a técnica da análise de conteúdo, com o propósito de esmiuçar e analisar o material recolhido, organizando-o em categorias temáticas que nos auxiliem na investigação e estudo dos dados¹³.

A partir do processo de pré-análise das produções armazenadas, emergiram quatro

categorias/eixos de análise. Contudo, por questões de delimitação da quantidade de caracteres no artigo, vamos apresentar somente três categorias, sendo elas: a) Concepções dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência; b) Percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar; e c) Processos de inclusão na Educação Física escolar.

A seguir, apresentamos as ideias centrais dos autores sobre as categorias/eixos encontrados na leitura e análise dos textos.

Resultados e discussão

Educação Física escolar e inclusão: o estado da arte nos estudos investigados

Nesta etapa do estudo nos dedicamos a analisar os artigos encontrados nos periódicos revisados a partir das três categorias de análise citadas.

Categoria 1 – Concepções dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência

Entre as 19 pesquisas encontradas nos periódicos investigados, destacamos, para a discussão da temática das concepções dos professores, os sete artigos que seguem: “Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física”¹⁴; “Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual”¹⁵; “Campeonato escolar e deficiência visual: o discurso dos professores de Educação Física”¹⁶; “Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas – RS”¹⁷; “Educação Física inclusiva: atitudes dos docentes”¹⁸; “Inclusão escolar e Educação Física: a participação dos professores de Hortolândia – SP”¹⁹; “Physical Education classes and inclusion of children with disability: Brazilian teachers’ perspectives”²⁰.

Os artigos acima procuram evidenciar as concepções e percepções de professores de Educação Física sobre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência.

Formação inicial e continuada

O trabalho de Gorgatti e Rose Junior¹⁴ revela que os docentes investigados apresentaram, em sua maioria, um pessimismo em relação ao processo de inclusão, associado a dois aspectos que aqui cabe destacar: a) a ausência de preparação (formação) para o trabalho com esses sujeitos na escola; e b) o ambiente desfavorável de ensino onde trabalham, ressaltando que suas escolas se encontram mal preparadas para atender às demandas da inclusão, em razão da falta de espaços acessíveis e da precariedade de recursos materiais.

Os autores destacam que não existiu grande diferença entre os professores de

instituições pública e os de escolas privadas quanto ao sentimento relacionado com as condições da escola, apesar de os docentes de escolas particulares admitirem que têm mais meios para adquirir materiais e dispor de um grupo mais amplo de profissionais para um suporte pedagógico aos educandos com deficiência.

Outro dado notável divulgado pela pesquisa aponta que professores formados recentemente e com menos tempo de trabalho na escola se mostraram mais otimistas à inclusão do que aqueles mais experientes e que se formaram antes de ter, em seus currículos, disciplinas referentes à Educação Física adaptada. Essa consideração se aplica a outros autores estudados^{16,17,20}.

Nessa perspectiva, o estudo de Freitas e Araújo¹⁹ salienta que a falta de debates e de vivências que problematizem o tema inclusão durante a formação inicial dos educadores tem propiciado a conservação de ideais e (pré)conceitos que limitam o trabalho pedagógico e a implicação do professor no contexto de sua prática. Sendo assim, é necessário que a formação atual dos professores esteja alinhada a um movimento que leve o sujeito em formação “[...] ao exercício de articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos para que ele possa buscar em suas experiências e conhecimentos ferramentas pedagógicas para atuar com qualidade em uma sociedade composta na diversidade”¹⁶ (p. 51).

O trabalho de Jung *et al.*¹⁷ compartilha com as ideias citadas, mas acrescenta que o cenário formativo nas universidades brasileiras tem mudado. Os currículos dos cursos de graduação em Educação Física têm passado por um processo de reformulação com a incorporação de disciplinas que tratam do trabalho com as pessoas com deficiência e sua inclusão, proporcionando aos educadores uma formação mais sólida para atuar nesse campo.

Sobre isso Martins¹⁸ adverte que os docentes precisam ir além daquilo que lhe é disponibilizado no seu processo formativo inicial, necessitando buscar, no decorrer de sua preparação profissional, saberes e experiências que extrapolem a grade curricular de seu curso, permitindo-lhes, assim, complementar e ampliar a sua formação de base.

No entanto, para além de problemas apontados durante a formação inicial, há um entendimento de que as dificuldades expressas por professores para trabalhar com os estudantes com deficiência estão, também, associadas à falta de oportunidades de formação continuada que possibilitem estudar e aprofundar questões referentes a esses sujeitos e à inclusão^{17,14,19,20}.

A partir dessa compreensão, Alves *et al.*²⁰ e Freitas e Araújo¹⁹ sugerem que é preciso ampliar e qualificar as oportunidades de formação continuada para os educadores que estão presentes na escola. Defendem a promoção de uma preparação para a inclusão que sensibilize

os professores a ponto de se sentirem comprometidos e atuantes na inclusão escolar de alunos com deficiência. Isso lhes proporcionaria a apropriação de conhecimentos sobre as diferentes tipologias de deficiência, a discussão sobre os prováveis encadeamentos nas práticas pedagógicas de Educação Física, a criação de espaços de diálogo e reflexão que permitam a esses profissionais compartilhar seus casos de inclusão – expondo suas angústias, dificuldades, possibilidades, erros e acertos no processo educativo – e a realização de um debate sobre as circunstâncias atuais da educação brasileira.

O estudo de Falkenbach e Lopes¹⁵ complementa as ideias acima, afirmando que uma primeira e importante modificação na formação do professor – seja ela inicial, seja continuada, “[...] é o conhecimento de como o ser humano aprende e se desenvolve independente de sua diversidade ou deficiência” (p. 5). Os autores aqui nos alertam para refletir que, antes de pensar na deficiência em si do aluno, temos que entender que, atrás dessa condição, existe um ser humano que, como qualquer outro, pode aprender e se desenvolver, cabendo a nós, educadores, conhecer como esse ser “funciona” e oferecer condições que lhe permitam aflorar potencialidades para o seu desenvolvimento.

Nesse bojo, outros autores estudados na categoria "Processos de inclusão na Educação Física escolar" contribuem com esse tema, apontando alguns caminhos que podem ser adotados para colaborar com uma formação mais inclusiva. Chicon e Sá²¹ e Alves e Duarte²² salientam a importância de se promover na escola espaços de formação em serviço que possibilitem aos professores momentos de escuta, troca de experiência e estudos que tematizem a questão da inclusão, fortalecendo o corpo docente para o acolhimento à diversidade/diferença em suas aulas. Já Chicon, Mendes e Sá²³ fazem questão de enfatizar a importância da constituição de um projeto de inclusão que se baseie no planejamento coletivo entre os diversos atores envolvidos com o processo educativo (diretor, pedagogos, coordenadores, professores, funcionários, familiares e alunos).

A atitude dos professores em frente ao processo de inclusão

Os autores indicam dois aspectos apontados pelos professores como desafios ao processo de inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, a saber: a) falta de conhecimento sobre os alunos com deficiência; e b) atitudes “negativas”⁷ dos professores perante esse processo. Freitas e Araújo¹⁹ evidenciam que a ausência de informações sobre as crianças com deficiência, seja por falta de interesse do professor de buscar a informação, seja

⁷ Segundo as pesquisas estudadas, referem-se a atitudes/ações dos professores menos comprometidas com o processo de ensino e de aprendizagem das crianças com deficiência.

por falta de comunicação entre a equipe pedagógica escolar, tem dificultado o trabalho pedagógico com esse público e colaborado para que os docentes mantenham uma visão segregacionista sobre eles.

Gorgatti e Rose Junior¹⁴ ressaltam que a mudança para atitudes mais positivas⁸ e receptivas desses professores em prol da inclusão dos alunos com deficiência passa por uma preparação contínua, pela realização de cursos na área da Educação Física adaptada, mudanças de concepções sobre a deficiência, o reforço de serviços de apoio dentro da escola e parcerias com outros profissionais, por exemplo, o da educação especial. Os pesquisadores salientam que tal processo oportuniza compreender um pouco mais o trabalho com esses estudantes e conhecer sobre seus possíveis potenciais de aprendizagem.

O trabalho de Silva, Duarte e Almeida¹⁶ reforça a questão apresentada, acrescentando ser essencial conhecer os interesses e as vivências anteriores dos alunos com e sem deficiência da turma para planejar um bom programa de aulas para todos. Alerta que a falta de conhecimento sobre as peculiaridades do aluno se configura em uma dificuldade que provoca insegurança no educador e interfere diretamente, de forma negativa, na seleção dos métodos e estratégias de ensino a serem aplicados²⁰.

Quanto à atitude dos docentes em relação às práticas inclusivas, Silva, Duarte e Almeida¹⁶ destacam que suas concepções devem estar baseadas nos seguintes pressupostos:

[...] o professor deverá abandonar os valores da escola tradicional. O indivíduo será visto em suas potencialidades e não como algo abstrato, o foco da educação estará no processo e não no produto a ser alcançado, a proposta pedagógica volta-se à diversidade encontrada no grupo e não à uniformização e, assim, o currículo estará sempre em construção e não já construído (p. 47-48).

O papel do professor no processo de inclusão

Sobre o papel do professor de Educação Física no processo de inclusão escolar, Martins¹⁸ enfatiza: “Não há dúvida de que o docente exerce uma função única dentro da escola. Ele é o elemento de ligação entre a escola, a sociedade, o conhecimento e o aluno”. Concordamos com a autora que a ação do professor é fundamental para uma inclusão escolar e social que busque atingir a equidade e promover oportunidades para todos os educandos.

No entanto, é preciso tomar em consideração o que apontam os estudos de Silva, Duarte e Almeida¹⁶ e Freitas e Araújo¹⁹, que afirmam que a área da Educação Física ainda tenta se desfazer de alguns ideais antigos que assolam os professores em favor da promoção da inclusão.

⁸ Referem-se a atitudes/ações dos professores mais compromissadas com o processo de ensino e de aprendizagem das crianças com deficiência.

Segundo os pesquisadores, alguns profissionais da área ainda têm enxergado o aluno com deficiência sobre o prisma da integração, trabalhado com conteúdos voltados para o treino de habilidades com base na aptidão física, formação de atletas, contribuindo, assim, para a sua segregação nas aulas. Logo, essa situação precisa mudar.

Os autores reforçam a importância da comunicação e da articulação entre os diferentes profissionais da escola para o sucesso da inclusão, mas ressaltam que a postura do professor de Educação Física de somente esperar as informações sobre os alunos com deficiência chegar até eles e não se mover na busca desses conhecimentos com sua equipe escolar são atitudes que têm colaborado para a “exclusão” desses alunos do processo.

Os estudos de Martins¹⁸ e Freitas e Araújo¹⁹ acentuam que uma boa relação e parceria entre o professor e as famílias dos alunos com deficiência se faz essencial para o processo inclusivo na escola. Defendem que a participação da família na escola pode contribuir com o docente no conhecimento de características e especificidades de seu aluno e na descoberta de possíveis caminhos que o auxiliem a atender às demandas necessárias para a aprendizagem do educando.

Amarrando tudo

Alves *et al.*²⁰ relatam que os docentes estudados destacaram as seguintes dificuldades para a realização da inclusão em seus contextos escolares: condições ruins de trabalho associadas à falta de recursos materiais e espaços acessíveis para uma prática inclusiva; mudanças constantes de escola que prejudicam um trabalho contínuo com os mesmos alunos; ausência de tempo adequado para o planejamento das aulas; alto número de educandos por turma; dificuldade de envolver o aluno durante toda a aula; dificuldades de lidar com alunos com autismo, devido sua particularidade de isolamento social; necessidades educacionais dos estudantes sem deficiência relacionadas com o comportamento, interesse e medo de realizar atividades físicas; diversidade de deficiências na mesma sala de aula; e falta de políticas de apoio que ofereçam acesso a um ensino de qualidade.

Além das dificuldades citadas, encontramos nos estudos indicações de algumas possibilidades e sugestões para a melhoria da inclusão escolar: redução no número de alunos por turma; presença de um professor auxiliar (ou assistente) nas aulas; oportunidade de trocar experiências com outros profissionais; maior apoio da equipe escolar; inclusão do esporte adaptado no currículo como direito de aprendizagem de todos os estudantes; experiências anteriores dos docentes com o ensino inclusivo; possibilidade de aprender sobre a inclusão no

trabalho com os alunos com deficiência; formação na área da Educação Física adaptada; metodologias e estratégias de ensino abertas às diferentes possibilidades^{20, 14, 19}.

No geral, a análise das percepções dos professores nos provoca a pensar que a própria configuração e organização da escola têm colaborado para o afastamento da Educação Física diante do processo de inclusão escolar e nos chama a atenção que, para tornar essa instituição de ensino acessível a todos, é necessário promover “[...] mudanças nos conceitos, costumes e práticas estabelecidos há décadas pela sociedade”¹⁹ (p. 238).

Concluindo, Martins¹⁸ reforça que é no desenvolvimento de uma formação crítica e sensível às diversas possibilidades de aprendizagem e em cooperação e articulação com toda a comunidade escolar que podemos construir uma cultura inclusiva no seio da escola. Desse modo, defendemos uma educação inclusiva que se fundamente no reconhecimento e acolhimento da pluralidade de sujeitos que compõem o universo escolar, configurando-se numa proposta educacional que busque melhorar a participação e a aprendizagem de todos os alunos.

Categoria 2 – Percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar

Dentre os 19 artigos estudados, nesta categoria, dois se encaixam. São eles: “A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola”²⁴ e “Inclusão e Educação Física no município de Rio Grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência”²⁵. Os dois estudos em tela buscam desvelar os sentidos e as percepções de alunos com deficiência sobre o seu processo de inclusão escolar, analisando como eles percebem a si mesmos nas práticas educativas oferecidas nas suas unidades escolares.

As pesquisas de Chicon e Sá²⁴ e Vasconcellos *et al.*²⁵ apontam que os educandos com deficiência investigados apresentaram uma visão negativa quanto aos processos de inclusão escolar que são vivenciados por eles. Convergem também no aspecto de que apenas o acesso e a presença desses estudantes na escola não asseguram a sua inclusão. Concordam que a proposta de dar voz e ouvir os sujeitos com deficiência se constitui em uma importante atitude que colabora para modificar e melhorar o processo de inclusão nas escolas, visto que revela as perspectivas e as experiências dos alunos que passam por esse processo nos ambientes de ensino.

Chicon e Sá²⁴ reforçam tais considerações, ao evidenciar que os alunos com deficiência intelectual acompanhados na pesquisa revelaram uma autopercepção negativa sobre si mesmos, relacionada com os processos de ensino/aprendizagem vivenciados nas diferentes disciplinas escolares, incluindo a Educação Física.

Do mesmo modo, Vasconcellos *et al.*²⁵ corroboram o apresentado, ao expor que os educandos com deficiência manifestaram ocorrer pouquíssimas interações com os outros colegas de classe e disseram que, embora participassem de algumas atividades durante as aulas de Educação Física, percebiam que ainda eram vistos como um outro que causava estranheza e recebia um tratamento diferenciado naquele meio.

Em consequência disso, Chicon e Sá²⁴ ressaltam que um dos maiores obstáculos ao movimento da inclusão está associado à condição de exclusão que tem sido operada na escola atual. Por outro lado, Vasconcellos *et al.*²⁵ vão além, questionando o imperativo de inclusão estabelecido na escola como um processo que se caracteriza como algo benevolente e benéfico para todos. Apoiados nos estudos foucaultianos, as autoras tentam, ao longo do texto, desconstruir as verdades que são produzidas acerca da inclusão escolar, salientando a existência de mecanismos de in/exclusão naquele espaço de ensino e buscando evidenciar as práticas de exclusão sofridas por alunos considerados incluídos.

A partir da perspectiva teórica adotada e embasadas nos conceitos de norma, normação e normalização, as pesquisadoras, ao problematizarem as falas do aluno considerado “anormal”, “[...] o outro, o excluído, o estranho, aquele a quem devemos respeitar e exaltar sua diferença, mas de maneira alguma ser parecido”²⁵ (p. 839-840), deixam de enfatizar alguns aspectos importantes que emergem no processo de escuta desse sujeito, para focar os processos de vigilância e normalização que ele sofre no meio escolar pelos profissionais envolvidos com o trabalho pedagógico.

Segundo as autoras, a escola está a todo o momento querendo enquadrar os alunos em um padrão de comportamento adequado para o convívio em sociedade, por exemplo, por meio de alguns parâmetros, como a idade, o conteúdo, o mapeamento de sala, entre outros. Nesse propósito, vê, nas figuras do professor que administra a turma e do monitor que acompanha o estudante com deficiência, peças importantíssimas para o processo de vigilância e adequação das condutas dos educandos.

Elas ainda criticam a maneira como a escola tem se organizado para realizar a inclusão do aluno com deficiência. Pautada em ações que procuram delimitar os movimentos desse aluno tornando-o o mais conveniente possível ao local em que está inserido, a escola acaba por estabelecer um padrão de comportamento semelhante para todos os alunos, mesmo que isso signifique não respeitar o próprio tempo de cada um. Isso se manifesta no cumprimento dos horários, na cópia das matérias passadas no quadro, na organização em filas e no controle das condutas.

Em síntese, as pesquisadoras justificam que “As atitudes em torno dos sujeitos anormais na tentativa de adequá-los respondem a um objetivo social de tentar melhor governá-los e conduzi-los para dentro de uma norma estabelecida”²⁵ (p. 845), que visa a preparar o aluno para viver devidamente em sociedade.

Já Chicon e Sá²⁴ destacam que, apesar de os educandos com deficiência investigados terem experienciado interações escolares reveladoras de uma condição excludente vivida por eles seja nas aulas regulares, seja nas aulas de Educação Física, também apontam que, diferentemente desse cenário, a existência, na escola investigada, do projeto extracurricular intitulado “Trupe do Palhaço Caramelo” se apresentou como um fator positivo para a possibilidade de inclusão dos alunos com deficiência nesse contexto.

Consistindo no desenvolvimento de atividades coletivas de ginástica geral e circenses por educandos com e sem deficiência, o projeto demonstrou melhorar a autoestima dos estudantes com deficiência, pois permitia que eles passassem da condição de figuração vivida durante as aulas regulares para protagonistas de suas respectivas histórias de vida, ao experimentarem oportunidades de criar e se expressar, enxergando, assim, sua participação nesse local como muito significativa para o seu viver.

Entretanto, em suas considerações, ambas as pesquisas criticam a maneira como a sociedade tem encarado as pessoas com deficiência que não se encaixam em certos padrões de comportamento e modos de vida. Reprovam a atitude dos sujeitos que notam apenas a condição incapacitante da deficiência apresentada por tais indivíduos e chamam a atenção para a limitação social criada em torno dessas pessoas, salientando a necessidade de se valorizar as capacidades e qualidades que expressam, que, se estimuladas, podem provocar avanços em seu desenvolvimento.

Nesse caminho, Chicon e Sá²⁴ e Vasconcellos *et al.*²⁵ concordam que a tarefa da inclusão não é somente responsabilidade da escola, mas também da comunidade e das famílias envolvidas no contexto no qual todos são responsáveis pelas decisões e condução do processo.

Por fim, ao evidenciar a importância de acreditarmos “[...] no potencial humano e de valorizarmos as diferentes linguagens de movimento presentes nas práticas corporais existentes na cultura”²⁴ (p. 386), os autores nos alertam para a necessidade de pensarmos um projeto de escolarização que assuma a diversidade humana como norteadora do processo pedagógico.

Categoria 3 – Processos de inclusão na Educação Física escolar

Dos 19 artigos selecionados durante a pesquisa de revisão, sete foram abrangidos por esta categoria de análise: “Inclusão educacional de alunos com síndrome de Down”²⁶; “Inclusão na Educação Física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana”²¹; “Educação Física e inclusão: a experiência na Escola Azul”²³; “Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na Educação Física”²⁷; “A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: um estudo de caso”²²; “Inclusão social e o aluno com síndrome de Down: um estudo de caso nas aulas de Educação Física”²⁸; “A Educação Física e o trabalho educativo inclusivo”²⁹.

As pesquisas citadas buscam evidenciar como tem acontecido o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física nas realidades escolares investigadas. Na análise dos referidos artigos, identificamos, a partir das experiências estudadas, alguns pontos que nos permitem caracterizar e problematizar as contribuições dos estudos para se pensar a inclusão escolar.

A importância de um ambiente socioeducacional organizado

Segundo afirmam Chicon e Sá²¹, quanto mais diverso e distinto for o ambiente da escola, mais plausível será de oferecer possibilidades enriquecedoras aos envolvidos. Alves e Duarte²² acrescentam que o processo de inclusão dos educandos com deficiência precisa ir além do propósito de alcançar metas educativas, oportunizando também que esses sujeitos sejam incluídos na teia social formada em sua classe e no espaço escolar por completo.

Nessa linha de pensamento, Mazzarino, Falkenbach e Rissi²⁷ ressaltam a importância da familiarização que os alunos com deficiência precisam ter com o ambiente de ensino do qual farão parte, pois tal conhecimento permite a tomada de informações que irão auxiliar o seu percurso escolar. Os autores reforçam tal ideia salientando que “[...] o ambiente escolar é um elemento potencializador da aquisição da cultura da criança e de suas relações interpessoais” (p. 96) e que o contexto sociocultural construído pela comunidade escolar onde a pesquisa se realizou foi preponderante para a aprendizagem e o desenvolvimento de educandos com deficiência visual, ao promover e estimular aprendizagens que romperam com o ideário da deficiência.

Diferente da realidade apresentada pelo trabalho anterior, que concebe, em suas análises, possibilidades de inclusão para os estudantes com deficiência, o estudo de Millen Neto e Silva²⁶ evidencia um contexto escolar distinto, ao expor que, dentro de um projeto educacional

de inclusão, se ocultava uma forma de segregação, pois dois dos alunos com síndrome de Down investigados eram designados a frequentar apenas a classe especial, tendo acessos e atendimentos a locais restritos na escola. Eram impossibilitados de interagir com outros sujeitos no ambiente, sob a justificativa discriminatória de que isso seria prejudicial a eles.

Além disso, Neto e Silva²⁶ destacam o desabafo das professoras que trabalham com a classe especial, em relação à ausência de apoio de sua gestão escolar para a realização de uma boa prática, falta de uma sala apropriada para o atendimento desses estudantes e carência de recursos materiais e pedagógicos que possibilitem desenvolver um trabalho qualificado. Os autores ainda revelam que as aulas de Educação Física desses alunos com Down eram compostas somente por alunos especiais.

Mazzarino, Falkenbach e Rissi²⁷, Alves e Duarte²² e Simões *et al.*²⁹ concordam que um movimento inclusivo nas aulas de Educação Física é possível, quando se realizam modificações na estrutura e organização das atividades que permitem a participação de todos os alunos.

Sendo assim, torna-se necessário, no contexto singular da Educação Física, despertar o professor para “[...] uma reorganização da aula, de forma que objetivos, conteúdos, métodos e recursos possam ser experimentados, compreendidos e explicados de acordo com os limites e possibilidades pessoais e grupais”²⁹ (p. 45).

Os autores apontam que essa reorganização do trabalho pedagógico pode acontecer quando o professor não apenas problematiza o ensino e a aprendizagem, mas também considera e valoriza as experiências e os conhecimentos trazidos do cotidiano pelos alunos para a escola, organizando, assim, o seu planejamento e a sua prática a partir das capacidades e especificidades apresentadas pelo sujeito.

A escola e o movimento de inclusão

Entendemos que a escola possui um papel primordial no processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, porém defendemos que ela não pode ser a única unidade social responsável por trabalhar e construir caminhos em prol da inclusão. Argumentamos em favor de uma articulação e de um trabalho coletivo entre a equipe escolar, os alunos, a família, a comunidade no entorno da escola, o meio acadêmico e os setores da saúde, da educação, da cultura, do esporte e lazer (entre outros) para o alcance dessa conquista.

Buscamos apoio em Millen Neto e Silva²⁶ que reforçam a compreensão de que a escola precisa de parcerias que colaborem na solução dos problemas de aprendizagem e da inclusão. Segundo os autores, é necessário “[...] entender a inclusão como uma filosofia social que prega

a igualdade de direitos e o respeito às diferenças que, para sair do plano abstrato e tomar corpo em projetos concretos, não pode ficar a cargo de uma única instituição, como a escola” (p. 112). Ainda apontam, em seu estudo, que a participação em projeto esportivo extracurricular e o apoio da família na formação do aluno incluído na turma regular foram comportamentos essenciais para produzir um conjunto de experiências que contribuíram enfaticamente para o seu desenvolvimento.

Alves e Duarte^{22,23} corroboram a ideia expressa, sugerindo que a pouca produção de pesquisas científicas sobre o tema inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física não tem colaborado para auxiliar os profissionais na busca de ferramentas para o seu trabalho escolar cotidiano. Acrescentam também que outra alternativa seria ouvir os próprios alunos com deficiência e seus pais na tentativa de captar os pontos positivos e negativos vivenciados por eles nesse processo, para poder, dessa forma, desvelar as principais dificuldades e possibilidades concernentes a essa experiência.

No entanto, pensando nas possibilidades de atuação da escola para a concretização do projeto de inclusão educacional, o trabalho de Mazzarino, Falkenbach e Rissi²⁷ revela que o sucesso observado na inclusão da aluna com deficiência visual aconteceu em parte pelo acolhimento e reconhecimento da aluna perante a comunidade escolar como um todo. Conforme expresso na pesquisa, o ambiente de possibilidades que foi criado em torno da aluna permitiu que ela participasse ativamente das aulas com a sua turma, demonstrasse autonomia no deslocamento pela escola e se sentisse pertencente ao contexto escolar que se mostrou acolhedor e estimulante para o seu processo de aprendizagem.

Com base em Vigotski, os autores supracitados salientam que “[...] a deficiência é muito mais social que biológica, sendo as limitações e fragilidades impressas pelo contexto social. Um contexto social que provoca e estimula consegue naturalizar e desenvolver aprendizagens que rompem com a ideia de deficiência” (p. 98).

Nesse sentido, Chicon, Mendes e Sá²³ indicam que a escola precisa se tornar um lugar na vida dos alunos diferente de outros que vivenciam, propiciando uma experiência escolar preciosa e transformadora. Deve ainda possibilitar a aprendizagem de conhecimentos que lhes permitam atuar com propriedade na sociedade do conhecimento. Nesse movimento, a Educação Física se constitui como uma área-chave “[...] de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola”, tornando “[...] a educação mais inclusiva [...]”²³ (p. 199).

A partir de uma análise geral sobre os dados apresentados e os apontamentos realizados nos artigos, constatamos que a inclusão não é algo que se possa copiar de algum manual para

aplicar na realidade em que se vive. Mais do que isso, em cada realidade vivenciada, há que se considerar: as especificidades dos sujeitos com deficiência; as características dos professores e da equipe pedagógica da escola; as condições de infraestrutura e organização do ambiente escolar; assim como a localização da unidade de ensino levando em conta o contexto ao qual pertence. É necessário, portanto, considerar essas condições para que se possa formular um projeto de inclusão alicerçado no reconhecimento das diferenças e na promoção da equidade de oportunidades de acesso, permanência e aprendizado na escola, produzindo uma prática comprometida em proporcionar a participação nas atividades e a aprendizagem dos conhecimentos escolares a todos os estudantes.

Considerações finais

Entendendo a importância que se configura no momento atual, a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência na escola e na sociedade e a dimensão que representa os dez anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para o processo educacional de todos os alunos, este estudo possibilitou conhecer o estado da arte sobre o tema Educação Física escolar e inclusão, entre os anos de 2008 e 2018, por meio de pesquisas científicas publicadas em periódicos nacionais da área.

A imersão na bibliografia encontrada, com base nos critérios de inclusão definidos no estudo e na delimitação de espaço disponível, permitiu a análise de três categorias temáticas, a saber: a) concepções dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência; b) percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar; e c) processos de inclusão na Educação Física escolar.

Na categoria sobre as *concepções dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência*, foi possível identificar que os docentes, em sua maioria, têm apresentado um sentimento de pessimismo em relação ao processo de inclusão escolar, devido à falta de oportunidades de formação inicial e continuada que lhe proporcionassem conhecimentos capazes de fundamentar e melhorar sua prática pedagógica.

Também constatamos, nessa categoria, a necessidade de os professores conhecerem a deficiência de seus alunos, suas preferências e experiências anteriores e a importância de apresentar atitudes positivas e receptivas ao processo inclusivo para a construção de práticas mais comprometidas com o ensino e a aprendizagem desses sujeitos.

Por fim, a análise apontou que os educadores conceberam positivamente o processo de inclusão na escola, ressaltando o benefício que esse processo tem trazido para a aprendizagem,

o relacionamento interpessoal entre os educandos com e sem deficiência e o valor que o professor tem nesse contexto, enfatizando seu papel essencial na busca para conectar o aluno com o conhecimento, a escola e a sociedade.

Na categoria referente à *percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar*, as pesquisas revelaram que os estudantes entrevistados apresentaram uma visão negativa quanto aos processos de inclusão escolar, pelo fato de vivenciarem situações de aprendizagem que não ofereciam condições para sua participação nas atividades com sua turma e por serem privados do convívio e interação com os colegas de classe no contexto de aula, sentindo-se excluídos do processo de ensino e de aprendizagem do qual deveriam participar.

Em seus depoimentos, os estudantes chamaram a atenção para a necessidade de o professor entender que existem mecanismos de in/exclusão na escola e que, nesse sentido, a atuação docente é fundamental para propor práticas pedagógicas mais acolhedoras, que reconheçam as diferenças e que encontrem caminhos alternativos para possibilitar a educação de todos.

Da análise dos textos, destacamos também a importância de se ouvir os próprios alunos com deficiência sobre o seu processo de inclusão nas aulas de Educação Física, visto que dessa ação se revelam as perspectivas e as experiências desses alunos, contribuindo para o professor identificar pistas que possibilitem criar estratégias capazes de provocar uma maior participação nas atividades e a construção de aulas mais inclusivas para todos.

Na categoria dos *processos de inclusão na Educação Física escolar*, a análise dos artigos mostrou ser muito importante pensar e organizar um ambiente socioeducacional que seja diverso e acolhedor às diferentes possibilidades de aprendizagem dos alunos. Também salientou a necessidade de considerar a diversidade como princípio orientador da prática de inclusão, acreditando no potencial humano e investindo nas relações sociais entre os educandos com e sem deficiência para seu processo de formação. E, ainda, ressaltou a importância da organização de cursos de formação continuada na perspectiva da inclusão para os profissionais que atuam na educação.

Diante dos resultados apresentados, destacamos, ainda, que é preciso reconhecer os sujeitos com deficiência a partir das suas qualidades, desejos e necessidades e não pelo viés da deficiência. Devemos buscar promover uma prática pedagógica que potencialize seu desenvolvimento, permitindo que eles se tornem sujeitos de sua história no ambiente escolar ao participar ativamente do processo de elaboração dos seus conhecimentos.

Apesar de encontrarmos um número significativo de 19 artigos que abordam temas

relacionados com a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, reconhecemos as limitações deste estudo ao optar pela escolha de apenas três periódicos científicos da área para a análise e salientamos a necessidade de desenvolver mais pesquisas que investiguem sobre esse tema.

Referências

1. Vigotski LS. Obras escogidas V: fundamentos de defectología. 5. ed. Madrid: Visor; 1997.
2. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf [2019 fev. 12].
3. Brasil. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília; 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm [2019 abr. 5].
4. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; 2008.
5. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília; 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm [2019 maio 17].
6. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília; 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. [2019 maio 15].
7. Soares CL, Taffarel CNZ, Varjal E, Castellani Filho L, Escobar MO, Bracht V. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez; 1992.
8. Siqueira MF, Chicon, JF. Educação Física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. Várzea Paulista (SP): Fontoura; 2016.
9. Chicon JF. Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos. 2005. 456 f. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de

Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo; 2005.

10. Cunha LM. O esporte adaptado como conteúdo nas aulas de Educação Física. 2013. 156 f. Dissertação [Mestrado em Educação Física] – Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES; 2013.

11. Oliveira CR. Educação Física escolar e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. [Dissertação de Mestrado]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; 2017.

12. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2010.

13. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2004.

14. Gorgatti MG, Rose Júnior D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. *Movimento*. 2009; 15 (2): 119-140.

15. Falkenbach AP, Lopes ER. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. *Pensar a Prática*. 2010; 13 (3): 1-18.

16. Silva AJ, Duarte E, Almeida JJG. Campeonato escolar e deficiência visual: o discurso dos professores de educação física. *Movimento*. 2011; 17 (2): 37-55.

17. Jung LG, Marques AC, Kalinoski AX, Xavier GB. Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas – RS. *Movimento*. 2013; 19 (2): 207-226.

18. Martins CLR. Educação Física Inclusiva: atitude dos docentes. *Movimento*. 2014; 20 (2): 637-657.

19. Freitas JF, Araújo PF. Inclusão escolar e educação física: a participação dos professores de Hortolândia – SP. *Pensar a Prática*. 2014; 17 (1): 228-241.

20. Alves MLT, *et al.* Physical Education classes and inclusion of children with disability: Brazilian teachers' perspectives. *Movimento*. 2017; 23 (4): 1229-1244.

21. Chicon JF, Sá MGCS. Inclusão na educação física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana. *Movimento*. 2011; 17 (1): 41-58.

22. Alves MLT, Duarte E. A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. *Movimento*. 2012; 18 (3): 237-256.
23. Chicon JF, Mendes KAMO, Sá MGCS. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. *Movimento*. 2011; 17 (4): 185-202.
24. Chicon JF, Sá MGCS. A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola. *RBCE*. 2013; 35 (2): 373-388.
25. Vasconcellos AS, Finochetto LC, Machado RB, Freitas DD. Inclusão e Educação Física no município de Rio Grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência. *Movimento*. 2016; 22 (2): 835-848.
26. Millen Neto AR, Silva TJC. Inclusão educacional de alunos com síndrome de Down. *Pensar a Prática*. 2008; 11 (2): 105-113.
27. Mazzarino JM, Falkenbach A, Rissi, Simone. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. *RBCE*. 2011; 33 (1): 87-102.
28. Alves MLT, Duarte E. Inclusão social e o aluno com síndrome de Down: um estudo de caso nas aulas de Educação Física. *Pensar a Prática*. 2013; 16 (4): 1098-1111.
29. Simões AS, Lorenzini AR, Gavioli R, Caminha IO, Souza Júnior MBM, Melo MST. A Educação Física e o trabalho educativo inclusivo. *Movimento*. 2018; 24 (1): 35-48.